



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número /XI (.ª)

PERGUNTA Número 7956 /XI (/ .ª)

Assembleia da República
Gabinete do Presidente

N.º de Entrada 363470

Classificação

05/duo2/ / /

Data

10/06/30

Expeça-se

Publique-se

1172010

O Secretário da Mesa

Assunto: Incumprimento de compromissos contratuais por parte do Ministério da Cultura

Destinatário: Ministério da Cultura

Por determinação de S. EX.ª P.ª R.ª a
Sra. Secretária da Mesa

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

10.06.30

O Decreto-Lei 72-A/2010 de 18 de Junho, no seu artigo 49.º "Gestão Financeira do Ministério da Cultura", estabelece cortes de 10% nos contratos e protocolos de financiamento do Ministério da Cultura durante o ano de 2010.

Esta norma parece legitimar um inaceitável incumprimento por parte do Ministério da Cultura dos protocolos e contratos já assinados com estruturas de criação e produção do domínio das artes do espectáculo, das artes plásticas, do cinema e audiovisual. Acresce que, e uma vez que estamos apenas a seis meses do final do ano, o Governo está a cortar financiamento a projectos em execução e mesmo a projectos já concluídos. Ou seja, as estruturas financiadas pelo Ministério da Cultura não só ficam sem verbas essenciais à sua actividade futura como se encontram na situação de não terem meios para responder aos compromissos já assumidos e de ficarem endividadas face a projectos já realizados e que foram orçamentados tendo em conta os montantes contratualizados com o Ministério da Cultura. Esta decisão tem reflexos na produção cultural que já se fazem sentir - como os já anunciados cancelamentos de produções cinematográficas - mas também um impacto social muito negativo.

No sector cultural foi opção dos diversos governos entregar a prossecução do interesse público a entidades independentes, financiadas pelo Estado através de concursos e protocolos de financiamento. São estas entidades que por sua vez contratam os profissionais da arte - autores, intérpretes, técnicos e mediadores - que constituem o tecido cultural português. Um corte no financiamento destas estruturas é necessariamente um corte nos salários destes profissionais, e mesmo um corte nos postos de trabalho.

No sector cultural a produção depende das pessoas; tipicamente os recursos humanos representam 70% a 80% dos custos totais. Um corte de 10% no financiamento, decidido a meio do

ano e num sector com estas características, obrigará as estruturas a cortes de pelo menos 20% na massa salarial no segundo semestre de 2010.

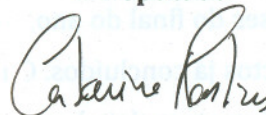
Tendo em conta que no sector cultural grassam a precariedade e os falsos recibos verdes, a situação de desemprego que se adivinha para tantos destes profissionais é particularmente gravosa já que não terão sequer acesso a subsídio de desemprego.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Cultura, as seguintes perguntas:

1. Vai o Ministério da Cultura entrar em incumprimentos dos contratos e protocolos assinados?
2. Tem o Ministério da Cultura estudos sobre o impacto do anunciado incumprimento?
3. Quem irá responder pelas dívidas decorrentes do incumprimento dos contratos por parte do Ministério da Cultura?
4. Que medidas de protecção aos postos de trabalho estão a ser implementadas?

Palácio de São Bento, 29 de Junho de 2010.

A Deputada



Catarina Martins